

EDIÇÃO ESPECIAL

COMUNICA ASPADI

ASSESSORIA DE PARTICIPAÇÃO
SOCIAL E DIVERSIDADE

5ª CONAPIR

5ª Conferência Nacional de
Promoção da Igualdade Racial



MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



O que faz a Assessoria de Participação Social e Diversidade?

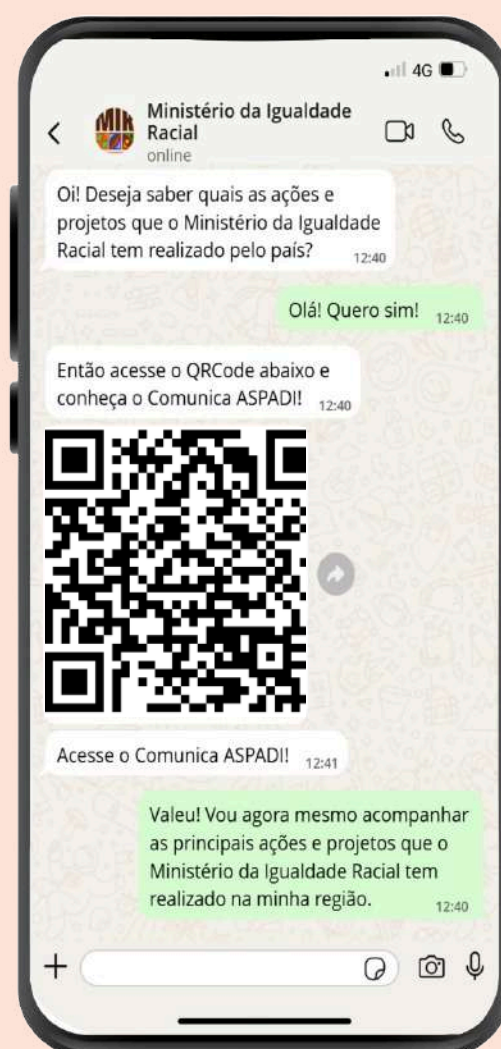
Auxilia o Ministério da Igualdade Racial na formulação de políticas e diretrizes direcionadas à promoção da participação social, da igualdade racial e suas interseccionalidades (Decreto nº 11.346, art. 5º).

Campanha de atualização de dados ou novo cadastro dos movimentos sociais

O Ministério da Igualdade Racial (MIR), por meio da Aspadi, lança uma campanha para atualização e novos cadastros de movimentos sociais. O objetivo é democratizar informações e fortalecer a comunicação com organizações, instituições e pessoas interessadas nas pautas da igualdade racial e étnico-racial.

Objetivos do Boletim Informativo "Comunica Aspadi"

- Divulgar políticas de promoção da igualdade racial por meio de ações e atividades do MIR de interesse da Sociedade Civil;
- Promover diálogo e ampliar a participação social em todo o ciclo de políticas públicas;
- Valorizar a diversidade e aumentar as formas de comunicação com a sociedade.



Apresentação



FALA CNPIR

O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR) é responsável por formular, acompanhar e monitorar as políticas públicas de enfrentamento ao racismo no Brasil, sendo o principal órgão de participação social e controle democrático. Criado em 2003, no primeiro mandato do presidente Lula, reúne representantes do governo e da sociedade civil: movimentos negros; quilombolas; povos de terreiro; indígenas; ciganos; mulheres negras; juventude; população LGBTQ+; e outros segmentos. O CNPIR é um espaço plural, diverso e profundamente conectado com as realidades que compõem o povo negro brasileiro.

O Conselho nasce com uma missão histórica: garantir que a pauta racial seja tratada como política de Estado, tendo sido decisivo na ampliação da agenda nacional de igualdade racial, bem como na formulação e consolidação das principais políticas de enfrentamento ao racismo das últimas duas décadas, como: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) – hoje Ministério da Igualdade Racial; o Estatuto da Igualdade Racial; as políticas de ações afirmativas, incluindo cotas; o fortalecimento das políticas para quilombos e povos tradicionais; a defesa da inclusão do quesito raça/cor em políticas sociais, pesquisas e estatísticas públicas.

O CNPIR também lidera e coordena as edições da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), instrumento de deliberação da política, que garante participação social, definição de diretrizes para o Estado brasileiro e pactuação federativa. O CNPIR é a voz organizada do povo negro dentro do país. O Conselho garante que decisões sobre políticas públicas não sejam feitas sem a população negra, mantém viva a memória das lutas que conquistaram tudo o que existe hoje e segue sendo o principal instrumento para avançar na reparação e justiça racial.

Marina Duarte
Vice-presidenta
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial



Origem da Conapir



FOTO: MEMORIAL DA DEMOCRACIA

A Conapir nasceu como resultado da mobilização dos movimentos negros e da criação de estruturas institucionais voltadas à igualdade racial. Desde 2005, as conferências têm servido como instrumento de participação social, elaboração de diretrizes de políticas públicas e fortalecimento da democracia participativa no Brasil.

O ano de 2003, marcado pelo início da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representou mudanças significativas para a agenda democrática do país. Os pilares deste governo são as áreas econômica e social, com destaque para o equilíbrio dos interesses da macroestrutura, da infraestrutura e dos serviços, em uma lógica democrática e popular. Para o desenvolvimento de políticas públicas, em especial aquelas que têm por objetivo a inclusão social. É imprescindível considerar que a constituição de 1988 garante a cidadania e a dignidade do ser humano como princípios estruturantes do Estado Democrático e de Direitos, proclamando-se a promoção do bem de todos "sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Em 2003, quando foi instituída a Seppir e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR), verificou-se a intensificação das ações que têm por meta a superação do racismo e das discriminações raciais e étnicas, com destaque para a articulação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir). Esses são referenciais para o desenvolvimento da política de promoção da igualdade racial, considerando suas relações com o conjunto da administração pública (União, Estados e Municípios), a partir dos necessários canais de diálogos e formulação conjunta com a sociedade civil, em especial com o movimento negro.

Como garantia da existência de canais participativos e democráticos, foi realizada a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) no período de 30 de junho a dois de julho de 2005. Esse evento foi muito importante para o fortalecimento da política de igualdade racial e teve como tema geral "Estado e sociedade construindo a igualdade racial".

Essa conferência configurou-se como um primeiro momento de diálogo, o que enriqueceu as formulações nacionais, significando também uma ação efetiva, no encaminhamento dos acordos internacionais, a partir da Política Nacional de Promoção de Igualdade Racial (PNPIR). As proposições debatidas na I Conapir geraram materiais para a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir).



Linha do Tempo da Conapir



Foto: Empresa Brasil de Comunicação

2003 – Criação da SEPPIR e do CNPIR

- No primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir);
- Lei nº 10.639/2003 – Educação Antirracista nas Escolas; Torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, incluindo o Dia da Consciência Negra no calendário escolar. A lei promove uma educação antirracista, mas ainda enfrenta desafios na formação de professores e na produção de materiais didáticos;
- Também são instituídos o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), em resposta às deliberações da Conferência de Durban (África do Sul)

Com a participação do presidente Lula, dos ministros da Saúde, das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Desenvolvimento Agrário e do Trabalho e Emprego, realizou-se em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir).

2005 – I Conapir - “Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial”

- Realizada a Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (I Conapir);
- Tema central: definir diretrizes para o Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Planapir);
- Marco inicial da participação social na formulação das políticas de igualdade racial no Brasil.

Linha do Tempo da Conapir



Foto: Funadação Cultural Palmares

2009 – II Conapir – “Avanços, Desafios e Perspectivas da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial”

- Foco na continuidade e no monitoramento das ações propostas na primeira edição;
- Consolida o debate nacional sobre políticas públicas de igualdade racial e reforça o papel da sociedade civil no acompanhamento do Planapir e PNPIR (Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial).

2010 – Estatuto da Igualdade Racial

- Promulgação da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- Estabelece diretrizes e mecanismos legais para combater as desigualdades raciais no país.

A II Conapir não tratou apenas de um tema isolado: misturou terra e tolerância religiosa, mostrando que a desigualdade racial no Brasil envolvia várias frentes – acesso à terra, direitos culturais, religiosidade e reconhecimento social. O evento indicava, na época, uma tentativa de institucionalizar políticas públicas antirracistas – algo importante para o contexto brasileiro, marcado por desigualdades estruturais e discriminação histórica.



Linha do tempo da Conapir



2013 – III Conapir

Democracia e Desenvolvimento por um Brasil Afirmativo

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, convocou a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III Conapir). O evento foi presidido pela ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), Luiza Bairros. Principais conquistas:

- Criação do Sistema de Monitoramento de Políticas de Igualdade Racial.
- Encaminhamento do Projeto de Lei que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para pessoas negras.
- A III Conapir teve como meta repactuar princípios e construir uma agenda nacional para acabar com o racismo no Brasil, com a participação da sociedade civil e do governo.



Foto: Biblioteca da Presidência

Linha do Tempo da Conapir



2018 – 5ª Conapir - “O Brasil na Década dos Afrodescendentes: Reconhecimento, Justiça, Desenvolvimento e Igualdade de Direitos”.

- A 5ª Conapir aconteceu em um momento em que as estruturas democráticas estavam enfrentando desafios após passar por um processo de impeachment no país. Esta conferência demonstrou a força e o compromisso da sociedade civil com as políticas de promoção da igualdade racial, da democracia e da participação social.
- O tema da 5ª Conapir foi “O Brasil na Década Internacional do Afrodescendente”, com destaques em justiça, desenvolvimento e igualdade de direitos. Foram debatidos nos grupos de trabalho e expostos os diversos tipos de violações de direitos enfrentados.



Foto: Victor Michel - Ascom MDH

Conquistas Históricas



O Estatuto da Igualdade Racial não foi apenas uma legislação isolada: articulou direitos, políticas afirmativas e proteção cultural, evidenciando que combater o racismo exige múltiplas frentes. Sua criação marcou um esforço de institucionalizar políticas antirracistas no país, oferecendo base legal para ações de igualdade. O Estatuto também reconheceu oficialmente as desigualdades históricas enfrentadas pela população negra. Assim, tornou-se um marco central na promoção de justiça, cidadania e reparação no Brasil.

Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) reafirmado como base legal central das ações.

Lei de Cotas Raciais nas universidades brasileiras e reserva de 20% das vagas em concursos públicos como resultados concretos de conferências anteriores, reafirmadas como compromissos permanentes

Decreto nº 12.278/2024, que institui a Política Nacional Para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana.



Foto: Conectas.org

2022 – Brasil adota Convenção Interamericana contra o Racismo com status de emenda constitucional

O Brasil passou a adotar a Convenção Interamericana contra o Racismo aprovada pela OEA em 2013. O tratado reforça o compromisso do país no combate ao racismo, à discriminação racial e à intolerância, com status equivalente ao de emenda constitucional.

Conquistas Históricas

2023 – Criação do Ministério da Igualdade Racial e retomada da Conapir



Foto: Biblioteca Presidência

Retomada institucional e política

Criação do Ministério da Igualdade Racial (MIR) em 2023 pelo Decreto nº 11.346 de 1º de janeiro de 2023, reinstaurando o protagonismo das políticas de promoção da igualdade racial.

O Governo do Brasil retoma as estruturas institucionais dos Ministérios, cria o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e retoma o pleno funcionamento do CNPIR. Inicia-se a construção da 5ª Conapir, reafirmando o compromisso com o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial.

Eleições e reativação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR e da estrutura participativa da sociedade civil.



Foto: Rithyele Dantas / MIR

Conquistas Históricas



Foto: Ministério da Igualdade Racial

- Ampliação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), com adesão de todos os estados e do Distrito Federal, fortalecendo o pacto federativo e a descentralização das políticas raciais.
- Adoção do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial, inserido voluntariamente pelo Brasil na Agenda 2030 da ONU, tornando o combate ao racismo um objetivo de desenvolvimento sustentável.

Plano Juventude Negra Viva

Com promoções integradas para enfrentar a violência e o racismo estrutural, garantindo oportunidades, direitos e inclusão social para jovens negros em todo o país.



Foto: Agencia Gov

Conferência da Diáspora Africana nas Américas. Entre 29 e 31 de agosto de 2024, realizada em Salvador (BA), reunindo líderes de países africanos e das Américas, governos e sociedade civil. O encontro fortaleceu o diálogo entre o Brasil, a União Africana e a Afrodiáspora, resultando na Carta de Recomendações que será apresentada no 9º Congresso Panafricano, em Lomé (Togo).

Conquistas Históricas

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E MARCOS LEGAIS



Decreto da Política Nacional para o Povo Cigano, instituído para promover a inclusão social, a valorização cultural e o combate à discriminação contra os povos ciganos no Brasil. O decreto orienta ações governamentais voltadas à educação, saúde, moradia e preservação das tradições, garantindo o reconhecimento dos direitos e da identidade cigana.

“Esse plano tem uma força simbólica muito grande, tanto pela sua construção democrática e participativa, com escuta ativa às populações, quanto por sua estrutura que enxerga as necessidades e os direitos dos povos ciganos no Brasil”, destacou a ex-ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

A política nacional resulta de uma abordagem participativa e colaborativa, que envolveu não apenas as instituições governamentais, mas as próprias comunidades ciganas, organizações da sociedade civil e profissionais especialistas no tema a partir das ações da Caravana Brasil Cigano.



Conquistas Históricas

Avanços em políticas públicas e programas



Arte: Ministério da Saúde

Saúde Sem Racismo com o objetivo de promover a equidade racial no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, combatendo o racismo institucional e garantindo atendimento digno, inclusivo e humanizado à população negra e aos povos e comunidades tradicionais.



Foto: (Reprodução)

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e programas como Pé-de-Meia, que fazem parte da agenda brasileira de enfrentamento das desigualdades estruturais, especialmente as raciais, atuando em frentes diferentes (saúde e educação), mas com o mesmo objetivo estratégico: equidade e garantia de direitos.

Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, que quando implementadas, garantiram fôlego ao setor cultural e impulsionaram a retomada das atividades artísticas no país. favorecer a diversidade cultural, a inclusão social, o fortalecimento de expressões tradicionais, regionalidades, grupos marginalizados, e dar espaço a iniciativas culturais de base — não apenas grandes produções.

Conquistas Históricas

Avanços em políticas públicas e programas



Arte: Ministério da Igualdade Racial

Programa Rotas Negras que visa promover e valorizar a história, a memória e a cultura afro-brasileira, por meio da criação de roteiros turísticos.

Plano de Comunicação pela Igualdade Racial na Administração Pública Federal

Lançado em 2024 com objetivo orientar a comunicação institucional do Governo Federal de forma a promover representatividade, combater estereótipos e enfrentar o racismo presente nas práticas e na linguagem do Estado. Sua importância está em transformar a comunicação pública em instrumento de promoção da igualdade racial, dando visibilidade à população negra, fortalecendo direitos, reconhecendo diversidade e contribuindo para o combate ao racismo institucional e às desigualdades históricas.



Arte: Ministério do Esporte

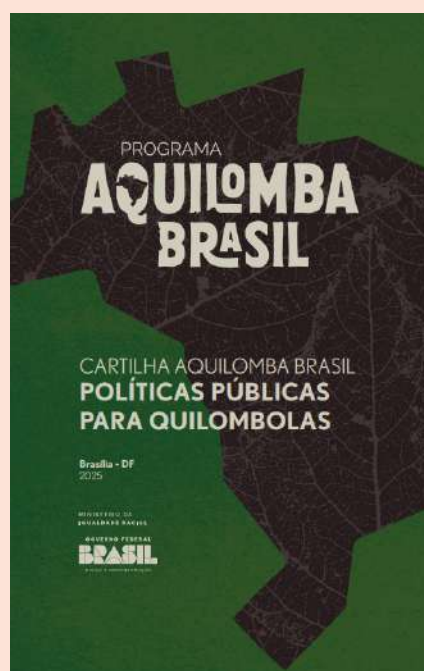
Esporte Sem Racismo que visa combater o racismo e a discriminação nos espaços esportivos, promovendo a inclusão, o respeito à diversidade e a igualdade de oportunidades em todas as modalidades e níveis do esporte.

Racismo Não Embarca

Conjunto de ações conhecido como “Racismo Não Embarca”, que integra iniciativas como Asas para Todos e Embarque Numa Boa, promovendo capacitação antirracista, conscientização no transporte aéreo e o fortalecimento de canais de denúncia.

Conquistas Históricas

Avanços em políticas públicas e programas



AQUILOMBA BRASIL

Integrando ações voltadas aos povos quilombolas, foi lançado em 2023 com o objetivo de garantir acesso à terra e ao território, promover infraestrutura e qualidade de vida, incentivar a inclusão produtiva e o desenvolvimento local, além de fortalecer direitos e cidadania. O investimento total previsto é de R\$364,2 milhões.

O Programa reúne 13 instituições, entre ministérios e autarquias, em prol da incidência direta sobre a pauta quilombola, por meio de quatro grandes eixos, sendo eles: acesso à terra e ao território; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania.



1ª COPA NACIONAL QUILOMBOLA DE FUTEBOL

Iniciativa inédita que visibiliza comunidades quilombolas, destacando o papel transformador do esporte. Cerca de 800 atletas, divididos em equipes femininas e masculinas de 16 estados, disputaram o campeonato. Ação do MIR em parceria com o Ministério do Esporte e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).



Conquistas Históricas

Avanços em políticas públicas e programas



PRIMEIRO FERIADO NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Em 2024, o Dia da Consciência Negra e Dia de Zumbi passou a ser celebrado pela primeira vez como feriado nacional, após articulação com o Congresso e sanção da Lei nº 14.759/2023 pelo presidente Lula. A data homenageia Zumbi dos Palmares e simboliza o reconhecimento das lutas, da resistência e das contribuições da população negra, além de reforçar o compromisso do Governo do Brasil com a igualdade racial, o combate ao racismo e a garantia de direitos.

MAPA PELA IGUALDADE RACIAL



O Brasil deu um passo importante ao demonstrar, de forma concreta, que a igualdade racial é uma prioridade nacional. Em 2024, mais de 600 iniciativas foram registradas no Mapa de Ações do Brasil pela Igualdade Racial, que reúne atividades do Poder Executivo, do Legislativo e da sociedade civil. A iniciativa fortalece a articulação entre diferentes setores e contribui para a construção de uma ampla rede de conscientização, reconhecimento e valorização do papel da população negra na história e no presente do país.

Conquistas Históricas

Avanços em políticas públicas e programas

REPRESENTAÇÃO NEGRA NA POLÍTICA E NA HISTÓRIA

Entre as ações por fortalecimento de pessoas negras na representação política, foi lançado o Guia Eleitoral para Candidaturas Femininas e Negras, ferramenta estratégica para enfrentar os desafios da representação feminina e negra na política. Com linguagem acessível, detalha normas e prazos, orienta pré-campanhas e campanhas sobre ciclo eleitoral, contém recomendações para impedir fraudes às cotas e como agir em casos de violência política.



Você sabia?

Apesar de representarem cerca de 28% da população brasileira, as mulheres negras seguem fortemente subrepresentadas no Congresso Nacional. Um estudo sobre a legislatura 2019–2023 apontou que apenas cerca de 2% das cadeiras da Câmara dos Deputados eram ocupadas por mulheres negras.

Lançamento da 5ª Conapir

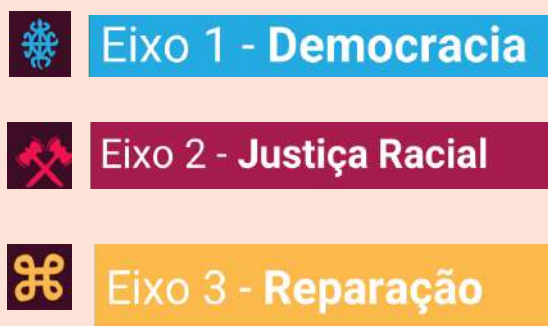


Os conselheiros e gestores de Promoção da Igualdade Racial participaram do Seminário Nacional de Construção da 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). Com o tema “22 anos de Políticas de PIR: De onde viemos e para onde vamos”, os participantes tiveram a oportunidade de ouvir sobre justiça racial, reparação e democracia e representatividade nos poderes.

A 5ª Conapir foi reconvocada por meio do Decreto nº 12.192 de 20 de setembro de 2024 e realizada entre os dias 15 e 19 de setembro de 2025, em Brasília-DF, sob o tema “Igualdade e Democracia: Reparação e Justiça Racial”.

O Regimento Interno foi publicado pela Portaria nº 210 de 21 de novembro de 2024 e retificado pela Resolução Nº 43 de 6 de fevereiro de 2025.

TEMA - Igualdade e Democracia: Reparação e Justiça Racial



5ª Conapir



A 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), realizada em setembro de 2025, em Brasília, marcou a retomada e o fortalecimento das políticas de igualdade racial no Brasil. Com o tema “Igualdade e Democracia: Reparação e Justiça Racial”, o evento reuniu mais de 1500 delegados(as) – 85% da sociedade civil – além de convidados e observadores, totalizando cerca de 2 mil participantes.

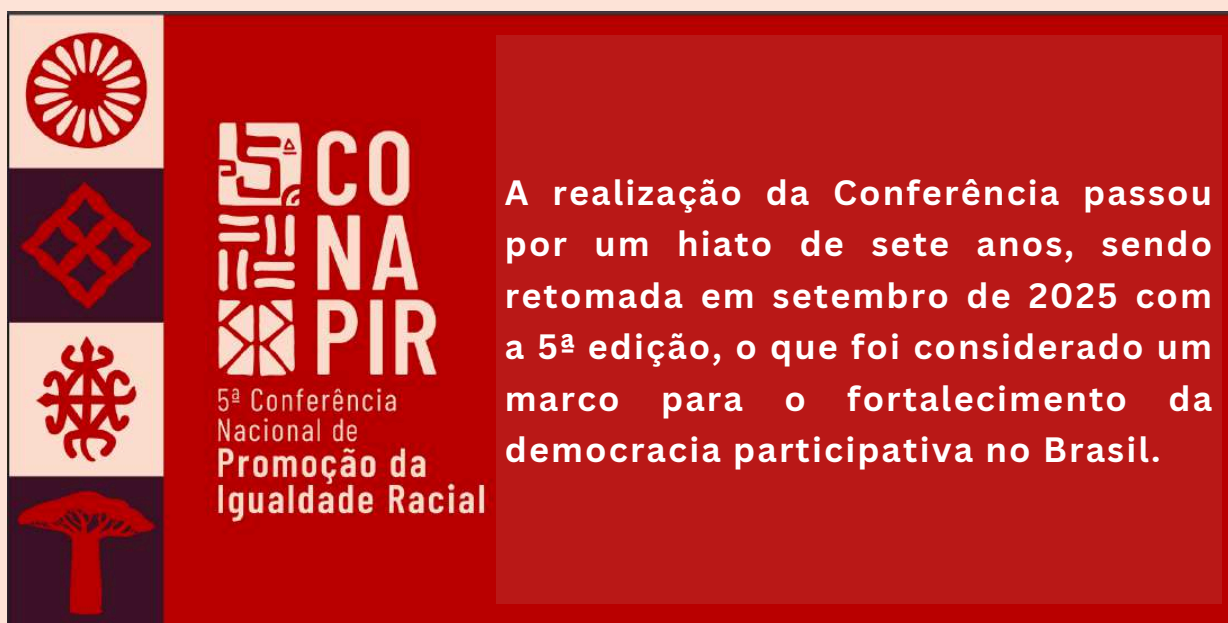
A conferência debateu marcos legais, reparação histórica, racismo religioso e ambiental, reafirmando o compromisso do Estado com a promoção da igualdade racial e o fortalecimento do Sinapir. Também foram consolidadas 740 propostas discutidas em etapas municipais, estaduais e regionais, posteriormente votadas e organizadas no documento final encaminhado ao governo federal.

O evento contou com forte presença de movimentos negros, quilombolas, indígenas, ciganos, povos tradicionais, juventudes, mulheres negras, trabalhadores domésticos e militantes LGBTQIA+, evidenciando a pluralidade das lutas por direitos.

Manifestações culturais, como apresentações de comunidades de terreiro e rodas de capoeira, reforçaram a defesa da ancestralidade, do combate à intolerância religiosa e da valorização da cultura afro-brasileira. Diversos relatos destacaram desigualdades persistentes e a necessidade urgente de políticas efetivas de proteção, reparação e bem viver.

A 5ª Conapir consolidou-se como um marco democrático, fortalecendo a participação social e apontando caminhos para a construção de um país mais justo, plural e antirracista

Etapas 5ª Conapir



A Conapir é realizada por meio do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e, mais recentemente, pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR).

As conferências (municipais, estaduais e a nacional) surgiram como um instrumento para conectar as demandas da sociedade civil com a formulação de políticas públicas, com o objetivo de construir um Brasil mais justo, plural, inclusivo e democrático. Os participantes, incluindo representantes de comunidades negras, quilombolas, ciganas, indígenas, de movimentos sociais e poder público, reúnem-se para debater e apresentar propostas sobre temas como saúde, educação, justiça, renda, cultura e reparação histórica.



Foto: Acervo 5ª Conapir (Etapa Municipal)

Foto: Acervo 5ª Conapir (Etapa Estadual)

O evento visa garantir a aplicação dos princípios constitucionais de igualdade e o enfrentamento e criminalização do racismo, que é um crime inafiançável e imprescritível no Brasil

Etapas 5ª Conapir

A 5ª Conapir foi construída com a força de múltiplas vozes e experiências. foram realizadas sete etapas temáticas que reuniram representações de diferentes grupos que compõem a luta por igualdade racial no Brasil:

As plenárias temáticas da 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) foram espaços centrais de escuta, debate e construção coletiva. Nelas, representantes do poder público, da sociedade civil e dos movimentos sociais analisaram desafios históricos e atuais do racismo no Brasil, transformando vivências e diagnósticos em propostas concretas de políticas públicas.

Organizadas por eixos estratégicos, as plenárias permitiram aprofundar temas como justiça racial, participação social, direitos territoriais, desenvolvimento com equidade e enfrentamento às violências. Mais do que momentos de discussão, esses encontros reafirmaram o caráter democrático da Conapir, fortalecendo o protagonismo da população negra na formulação de soluções para a promoção da igualdade racial no país.



Etapas 5ª Conapir

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA E POVOS DE TERREIRO

Salvador (BA)



CONAPIR
5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

POVOS QUILOMBOLAS

Brasília (DF)



CONAPIR
5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

POPULAÇÃO NEGRA LGBTQIA+

Brasília (DF)



CONAPIR
5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

POVOS INDÍGENAS

Brasília (DF)



CONAPIR
5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Os eventos, que reuniram mulheres negras, povos indígenas, quilombolas, ciganos, juventudes negras e comunidades tradicionais, reafirmaram a importância do diálogo democrático e da escuta das demandas da sociedade civil para o avanço das políticas de igualdade racial.

Etapas 5ª Conapir

As etapas livres da 5ª Conapir foram pensadas como um instrumento de ampliação da participação social e de democratização do debate sobre a promoção da igualdade racial no Brasil. Diferentemente das etapas institucionais, elas permitiram que movimentos sociais, coletivos, entidades, comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil e grupos independentes organizassem seus próprios espaços de escuta, diálogo e construção de propostas.



Essas etapas aconteceram de forma autônoma, respeitando as realidades territoriais, culturais e políticas de cada grupo, mas mantendo alinhamento com os eixos temáticos da Conferência Nacional. A partir desses encontros, foram elaboradas contribuições que refletiram demandas históricas da população negra, quilombola, povos e comunidades tradicionais, juventudes, mulheres negras e demais sujeitos do campo da igualdade racial.

Ao reconhecer oficialmente as etapas livres, a 5ª Conapir fortaleceu o princípio da participação popular, valorizou o protagonismo da sociedade civil e ampliou o alcance da Conferência para além dos espaços formais do Estado. Assim, essas etapas cumpriram um papel estratégico: garantir pluralidade de vozes, diversidade de perspectivas e maior legitimidade às propostas encaminhadas para a etapa nacional.



Etapas 5ª Conapir

As etapas digitais da 5ª Conapir representaram um avanço decisivo na ampliação da participação social e no fortalecimento da democracia participativa. Ao utilizar plataformas digitais, a Conferência conseguiu romper barreiras geográficas, alcançando pessoas, coletivos e organizações que historicamente enfrentam dificuldades de acesso aos espaços presenciais de debate e deliberação.



Essas etapas funcionaram como canais de escuta ativa e construção coletiva, permitindo que propostas, diagnósticos e prioridades sobre a promoção da igualdade racial fossem apresentadas de forma ampla e plural. O ambiente digital potencializou o diálogo entre diferentes territórios, gerações e realidades, enriquecendo o conteúdo político da Conferência e qualificando as contribuições encaminhadas às etapas seguintes.

Mais do que uma solução tecnológica, as etapas digitais afirmaram o compromisso da 5ª Conapir com a inclusão, a transparência e a inovação nos processos participativos. Elas reafirmaram que a luta por igualdade racial também passa pela democratização dos meios de participação, garantindo que mais vozes sejam ouvidas e consideradas na formulação de políticas públicas.

Você sabia?

As etapas digitais da 5ª Conapir possibilitaram a participação de pessoas que nunca haviam integrado uma conferência nacional antes. Para muitos participantes, especialmente de territórios afastados dos grandes centros urbanos, comunidades tradicionais e jovens, o ambiente digital foi o primeiro contato com um espaço formal de construção de políticas públicas para a igualdade racial.

As Plenárias da 5ª Conapir

Revivendo a Conapir



PRESIDENTE LULA ABRE A 5ª CONAPIR

Após sete anos, foi realizada a V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial promovida pelo Ministério da Igualdade Racial, por meio do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e simboliza uma retomada histórica da participação da sociedade nas demandas por políticas públicas de igualdade racial, contando com a participação do Presidente Lula.

"Feliz é o presidente da República que tem um povo como vocês que, se não acreditassem naquilo que sonham, não teríamos feito uma conferência como essa que temos hoje aqui", disse o presidente Lula. Ele lembrou que o Estado não pode ser neutro: "é preciso assegurar oportunidades na busca por melhores condições de vida, precisamos dar início a uma reparação histórica."

Começou a V Conapir

Painel "Igualdade e Democracia: Reparação e Justiça Racial"

Convidada e palestrante, a professora Maria Inês, assistente social, doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP) e referência nacional na luta antirracista, debateu os eixos da 5ª Conapir.



5ª Conapir em destaque

Revivendo a Conapir



XIRÊ DE DISCUSSÃO

Etapa Nacional da 5ª CONAPIR

O Xirê de Discussão, foi um espaço com atividades simultâneas organizadas pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNIPIR). As atividades foram oportunidades de alinhamento e integração entre os participantes da conferência antes do início dos trabalhos em grupos e foram de livre acesso a todas as pessoas pré-credenciadas.

Destaques do XIRÊ

- Os 34 Anos da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen) e suas contribuições para a Política de Igualdade Racial no Brasil e no Mundo e palestra e apresentação do livro "Pedagogia Plural" do Professor Doutor Ricardo Nagô | Atividade oferecida pela Conen;
- Justiça racial e tributária em debate - olhares transversais sobre raça e gênero e os impactos da reforma tributária nas diferentes regiões do Brasil | Atividade oferecida por Senapir MIR, Oxfam Brasil, Movimento Negro Unificado e Coletivo de Juventude Negra - Enegrecer;
- Direito à Cidade, como Reparação a partir da Matripotência das Mulheres e Povos Tradicionais de Matriz Africana; reparar para Reconstruir | Atividade oferecida pela União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro).
- Rotas Negras - Desenvolvimento Social e Econômico através do Afroturismo na 5ª Conapir | Atividade oferecida pelos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs);
- Reunião com os Presidentes de Conselhos de Promoção da Igualdade Racial;
- Como o município pode alinhar os planos setoriais ao ODS18?" | Atividade oferecida pela Senapir + APNs.



As Plenárias da 5ª Conapir

As plenárias da 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) representaram uma parte importante do processo, como espaços de escuta, formulação e pactuação de propostas que orientam as políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil.

Estrutura e Propósito

Organizadas nos eixos temáticos da Conferência — Democracia, Justiça Racial e Reparação —, as plenárias reuniram cerca de 1.200 representantes da sociedade civil, de povos e comunidades tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro, povos indígenas, quilombolas, povos ciganos, mulheres e juventude negra, da população LGBTQIA+, todos de movimentos sociais e do poder público. Cada eixo foi pensado para aprofundar debates que resultaram em propostas concretas a serem monitoradas e implementadas nos próximos anos.

Eixo 1 – Democracia

Debateu o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e a ampliação da participação política da população negra, quilombola, indígena, cigana e de matriz africana. As discussões abordaram temas como o fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), o combate ao racismo ambiental, e a inclusão da pauta racial nos espaços de decisão política, como no poder legislativo.

EIXO 1: DEMOCRACIA

O Eixo Democracia reuniu **148 propostas** que reforçam o papel da população negra na **construção e fiscalização** das políticas públicas. Durante a plenária final da Etapa Nacional, **15 propostas foram priorizadas**.



CONAPIR
5ª Conferência Nacional de
Promoção da Igualdade Racial

Você sabia?

Tradicionalmente, as conferências nacionais contavam com paridade entre governo e sociedade civil, mas, nesta edição, a maioria popular marcou uma mudança significativa, fortalecendo o controle social e a participação cidadã na formulação das políticas públicas de igualdade racial.

As Plenárias da 5ª Conapir

EIXO 2: JUSTIÇA RACIAL

O Eixo Justiça Racial reuniu **150 propostas** que tratam da efetivação de direitos e do **combate às desigualdades estruturais**. Durante a plenária final da Etapa Nacional, **15 propostas foram priorizadas**, resultado do trabalho coletivo das pessoas delegadas na etapa nacional.



Eixo 2 – Justiça Racial

Focou no combate às desigualdades estruturais e na garantia de acesso igualitário à saúde, educação, cultura e trabalho digno. As plenárias deste eixo apontaram a necessidade de políticas afirmativas, comunicação antirracista e fortalecimento de programas como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Eixo 3 – Reparação

Abordou as medidas de justiça histórica e social para corrigir os impactos da escravidão e do colonialismo. As plenárias trataram de políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, Povos de Terreiro, Povos Ciganos e Comunidades Quilombolas, destacando a importância de um Estado que reconheça a reparação como instrumento de justiça racial e cidadania plena.

EIXO 3: REPARAÇÃO

O Eixo Reparação reuniu **148 propostas** que reafirmam o compromisso do Estado com o enfrentamento às desigualdades históricas. Durante a plenária final da Etapa Nacional, **15 propostas foram priorizadas**, resultado do trabalho coletivo das pessoas delegadas na etapa nacional.



As plenárias da 5ª Conapir reuniram delegações em grupos de trabalho e rodas de debate para construir, a partir do documento-base, as diretrizes que integrarão o relatório final da conferência, garantindo a participação dos territórios e movimentos sociais. O encontro reafirmou o compromisso com uma sociedade democrática e reparadora, fortalecendo ações estatais e políticas públicas de enfrentamento ao racismo.

Empreendedorismo e ancestralidade marcam a V Conapir e fortalecem a igualdade racial no Brasil



Foto: Ministério da Igualdade Racial

A 5ª Conapir foi além dos debates sobre igualdade racial e se tornou uma vitrine do empreendedorismo negro, quilombola, cigano e indígena. A Feira Nacional de Expositores reuniu 45 empreendedores selecionados pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) e Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), valorizando a ancestralidade, a economia criativa e o protagonismo feminino.

Artesãos, artistas e produtores de várias regiões – como Cláudia Cristina da Silva (SP), Leandro Silva (BA), Yasmin Pires (AL), João Silva (PI) e Lidia Kalunga (GO) – compartilharam produtos e histórias marcadas por resistência, cultura e inovação.



Fonte: Ministério da Igualdade Racial (MIR), 2025.

O evento reforçou o papel do empreendedorismo como instrumento de empoderamento e inclusão social, celebrando a diversidade cultural e o fortalecimento das políticas de igualdade racial no Brasil.

Arte e resistência unem vozes na luta por igualdade racial



Foto: Ministério da Igualdade racial(MIR), 2025



Foto: Ministério da Igualdade racial(MIR), 2025

Rap, capoeira, hip hop, samba, jongo, dança cigana e batalha de rimas marcaram presença na 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Brasília, reunindo artistas locais e outros artistas que vieram nas delegações, representantes da sociedade civil de todo o país. A arte se consolidou como ferramenta potente de diálogo e reivindicação, afirmando identidades e fortalecendo a luta contra o racismo.

O rapper MC Singelo reforçou o papel do hip-hop como instrumento político e social. “O movimento nasceu da favela para a favela, como ferramenta de reivindicação da população negra. Tem tudo a ver com a Conapir”, destacou.

Promovida pelo Ministério da Igualdade Racial e pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a 5ª Conapir reafirmou a arte como expressão viva da ancestralidade, da resistência e da construção de um Brasil mais igualitário.



Foto: Acervo 5ª CONAPIR

Homenagem a Luiza Bairros: Legado de Luta e Inspiração na 5ª Conapir



Luiza Bairros presente, hoje e sempre

A V Conferência Nacional de Promoção a Igualdade Racial celebrou a vida e o legado da ex-ministra que marcou a história do Brasil

Nascida em Porto Alegre em 1953, na antiga **Colônia Africana**, território negro que resistiu às pressões da cidade. Ela se engajou no movimento estudantil durante o ensino superior, em plena ditadura militar. A graduação garantiu permitiu que ela tivesse contato com bibliografias antirracistas que moldaram sua visão de mundo. Formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Luiza Bairros aprofundou sua militância em Salvador, onde se tornou mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora pela Universidade de Michigan, articulando de forma exemplar produção acadêmica, ativismo político e compromisso com a transformação social.

Como Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), no Governo Dilma Rousseff, foi protagonista de avanços históricos, como o fortalecimento do Estatuto da Igualdade Racial, a ampliação das políticas de cotas no ensino superior e o enfrentamento ao racismo institucional.

Legado vivo

Luiza Bairros foi a intelectual, gestora e militante que abriu caminhos para que as futuras gerações ocupem lugares diversos com dignidade. Ela partiu em 2016, mas seu nome ecoa em políticas públicas, pesquisas acadêmicas e na memória coletiva de um Brasil que luta por igualdade.

ODS 18 e Manifesto Sankofa marcam compromisso histórico com a igualdade racial



Foto: Graccho/SGPR

A 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) reafirmou o enfrentamento ao racismo como eixo estratégico do desenvolvimento do país, com destaque para a defesa da ODS 18 – Igualdade Étnico Racial e para o lançamento do Manifesto Sankofa.

A ODS 18 representa uma iniciativa inédita liderada pelo Brasil para integrar a Agenda 2030 da ONU, reconhecendo que o racismo estrutural é um dos principais fatores de desigualdade social. A proposta estabelece metas voltadas à promoção da igualdade racial, ao combate às discriminações, à valorização da população negra, indígena e de povos e comunidades tradicionais, além do fortalecimento de políticas públicas com recorte racial e territorial.

O Manifesto Sankofa, inspirado no princípio africano que ensina a importância de visitar o passado para construir o futuro, reforça o compromisso com a memória, a reparação histórica e o protagonismo da população negra. O documento convoca o Estado e a sociedade a reconhecerem as contribuições históricas do povo negro e a transformarem esse reconhecimento em ações concretas de justiça racial.

Na 5ª Conapir, a articulação entre a ODS 18 e o Manifesto Sankofa consolidou um entendimento comum: não há democracia plena nem desenvolvimento sustentável sem igualdade racial. Os dois instrumentos apontam caminhos para um Brasil mais justo, plural e comprometido com a superação das desigualdades históricas.

CNPIR na Conapir



O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) teve atuação central na realização da 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), reafirmando seu papel como instância de controle social, articulação política e fortalecimento da participação da sociedade civil nas políticas de igualdade racial.

Durante todo o processo conferencial, o CNPIR contribuiu para a organização das etapas municipais, estaduais, livres e digitais, além de atuar na mobilização dos segmentos sociais, povos e comunidades tradicionais, movimentos negros e entidades comprometidas com o enfrentamento ao racismo. O Conselho também foi fundamental na sistematização das propostas debatidas ao longo das etapas, garantindo diversidade, representatividade e pluralidade de vozes.

Na etapa nacional, o CNPIR coordenou e acompanhou os debates das plenárias temáticas, apoiou os grupos de trabalho e participou da construção das resoluções finais, reforçando a defesa de políticas públicas estruturantes, como a ODS 18 – Igualdade ÉtnicoRacial, a transversalidade do recorte racial nas ações do Estado e o fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).

A presença ativa do CNPIR na 5ª Conapir consolidou o compromisso com a democracia participativa, a escuta qualificada da sociedade e a formulação coletiva de diretrizes para um Brasil mais justo, plural e comprometido com a superação do racismo estrutural.

Na Conapir, o CNPIR exerce um papel estratégico ao articular a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais, contribuindo para que as propostas debatidas nas conferências se transformem em diretrizes que orientam as políticas públicas de promoção da igualdade racial em todo o país.

Mensagem Aspadi + CNPIR

A Assessoria de Participação Social e Diversidade (Aspadi) e a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial apresentam esta edição especial do Boletim de Participação Social, dedicada à 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (5ª Conapir). Trata-se de uma devolutiva à sociedade civil que constrói, em todas as regiões do país, a agenda brasileira de igualdade racial. Criadas em 2023, as Assessorias de Participação Social e Diversidade representam uma inovação institucional estratégica do atual mandato do Presidente Lula.

Pela primeira vez, cada Ministério passa a contar com uma instância dedicada exclusivamente a fortalecer o Sistema de Participação Social, ampliando e qualificando o diálogo entre Estado e sociedade. Estas assessorias de participação, ligadas sempre aos Gabinetes Ministeriais, permitem integrar mecanismos formais de participação a experiências mais flexíveis, dinâmicas e territorializadas, aproximando as políticas públicas do cotidiano das comunidades, coletivos, organizações e redes que atuam na promoção dos direitos.

No Ministério da Igualdade Racial, essa inovação convive com um marco histórico: o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura desse Ministério, que tem por finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase na população negra e outros segmentos étnicos da população brasileira. A integração entre Aspadi e Secretaria-Executiva do CNPIR fortalece tanto a institucionalidade tradicional da participação social quanto a escuta ampliada e contínua de experiências que nascem nos territórios.

Nesse esforço de valorização da atuação da sociedade civil, destaca-se ainda o Mapa do Brasil pela Igualdade Racial, outra iniciativa conduzida anualmente pela Aspadi para mapear as ações realizadas durante o mês de Novembro Negro. Nesta edição de 2025, sob o tema “Justiça Climática, Território e Dignidade”, tivemos mais de 280 iniciativas cadastradas. A ferramenta reúne iniciativas promovidas por coletivos, organizações, órgãos públicos e instituições de diferentes esferas, demonstrando a vitalidade do compromisso social com a justiça racial e oferecendo um espaço democrático para que qualquer pessoa ou instituição registre suas ações.

Por fim, reforçamos também que a 5ª Conapir reafirmou o compromisso do MIR com processos transparentes, documentados e participativos. Todas as notas, resoluções, orientações e atos produzidos ao longo do processo conferencial estão disponíveis no [Participa + Brasil](#), compondo um sistema público de memória e governança que fortalece a legitimidade das deliberações e reconhece o trabalho coletivo realizado por gestores e sociedade civil em todas as etapas.

Esta edição especial celebra a força da participação social na formulação das políticas de igualdade racial e marca um ciclo de importantes realizações. Que 2026 seja ainda mais promissor, com avanços na agenda antirracista, fortalecimento da governança democrática e ampliação do protagonismo da sociedade civil na construção de um Brasil mais justo, plural e igualitário.

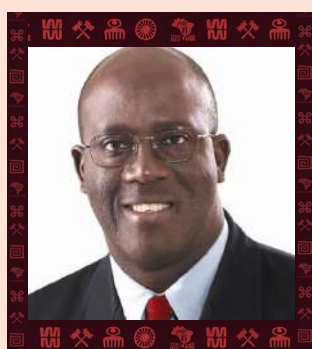
Galeria dos Ministros e Ministras



Matilde Ribeiro
2003-2008



Martvs Chagas
2008



Édson Santos
2008-2010



Eloi Ferreira Araujo
2010



Luiza Helena de Bairros
2011-2014



Nilma Lino Gomes
2015



Anielle Franco
2023- 2026



Rachel Barros
2026

Mensagem do Conselho

A Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial consolidou-se, ao longo dos anos, como um dos principais instrumentos de participação social no campo das políticas públicas brasileiras. Em sua quinta edição, a 5ª Conapir, assumiu relevância particular por ocorrer em um contexto de reafirmação dos compromissos do Estado brasileiro com a equidade racial e a valorização da diversidade. Mais do que um evento, a conferência configurou-se como um processo coletivo, construído a muitas mãos, envolvendo gestores públicos, representantes da sociedade civil, especialistas e militantes do movimento negro em todo o país. No centro dessa engrenagem esteve a



Coordenação Executiva da V Conapir, responsável por articular as diversas etapas preparatórias, mobilizar os atores institucionais e garantir a execução das deliberações previstas. Sua atuação exigiu equilíbrio entre planejamento técnico e sensibilidade política, conciliando prazos, recursos e expectativas diversas.

O trabalho dessa equipe revelou, na prática, os desafios e as potencialidades da governança compartilhada e da gestão participativa no âmbito das políticas de igualdade racial.

Nosso objetivo é apresentar a experiência da Coordenação Executiva da 5ª Conapir, responsável pela condução do processo organizativo da conferência, destacando o papel da governança colaborativa e da participação social em cada etapa. A partir da integração entre diferentes setores do governo e da sociedade civil, a Coordenação buscou garantir um espaço de diálogo democrático, plural e representativo, capaz de traduzir as demandas do movimento social em propostas concretas de ação.

A Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (5ª Conapir) desempenhou um papel fundamental na organização e execução deste importante evento. Com um compromisso sólido com a promoção da igualdade racial, a Coordenação destacou-se em diversas áreas. Logo nos primeiros meses de 2024, dedicou-se intensamente ao planejamento e à organização da conferência, realizando reuniões quase diárias para garantir que todas as etapas fossem cuidadosamente elaboradas e executadas. Atuou especialmente na revisão e atualização de normativas, na definição de cronogramas, no regimento interno, no novo decreto e no diálogo permanente com a coordenação das subcomissões.

A Coordenação atuou como elo entre as subcomissões, o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Pleno do CNPIR, facilitando a comunicação e a articulação de estratégias que fortaleceram a agenda da conferência. Esse processo foi um espaço de aprendizados, desafios e conquistas, evidenciando a importância da 5ª Conapir como exercício de gestão participativa e compromisso com a promoção da igualdade racial no país. Esses aspectos demonstram que a Coordenação Executiva não apenas viabilizou a realização da 5ª Conapir, mas também desempenhou um papel decisivo na construção de um espaço político eficaz para a promoção da igualdade racial no Brasil.

Nuno Coelho - Coordenador da Comissão Permanente de Gestão e Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial

DELEGAÇÕES DA 5ª Conapir



DELEGAÇÕES DA 5ª Conapir



DELEGAÇÕES DA 5ª CONAPIR



SECRETARIA EXECUTIVA - CNPIR



A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), desempenha uma função estratégica para a governança das políticas de equidade no Brasil. Principal apoio técnico e administrativo, sua missão central é viabilizar as atividades do colegiado, garantindo que as deliberações e diretrizes estabelecidas pelos conselheiros possuam o subsídio necessário para serem implementadas.

No cotidiano institucional, a Secretaria Executiva coordena o fluxo de informações entre os representantes do governo e da sociedade civil, organizando as reuniões ordinárias e extraordinárias, redigindo atas e formalizando resoluções que orientam a agenda nacional. Para além da burocracia, ela atua na análise técnica de propostas e projetos, assegurando que as políticas formuladas estejam em consonância com o Estatuto da Igualdade Racial e com as metas do Plano Plurianual.

A Secretaria Executiva colabora para que as decisões tomadas no âmbito do Conselho cheguem aos estados e municípios, fortalecendo a federalização das políticas públicas e promovendo a capilaridade das ações de combate ao racismo e de promoção da justiça social em todo o território nacional.

Secretária Executiva do CNPIR - Larissa da Cruz Santiago
Coordenadora do CNPIR - Edna Gabrielle da Silva
Apoio Técnico Administrativo - Sarah Shely de Moraes Sampaio
Apoio Administrativo II - Gabriela Barros Menezes
Apoio Administrativo II - Anastácia Angélica Albuquerque Marques Garcia
Técnica em Secretariado - Iraci Brandão da Silva
Técnica em Secretariado - Elma Oliveira de Jesus Pereira

ASPADI

Chefe de Assessoria - Fábio Bruni

Coordenadora de Relações Institucionais: Janaina Fernandes

Chefe de Divisão: Fabiana Martins

Apoio Administrativo: Joana Santos/Thiago Pereira

Técnica em Secretariado: Lilian Sanchez

Contatos:

Assessoria de Participação Social e Diversidade- ASPADI

Ministério da Igualdade Racial -MIR

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco C, sala 329, 3ºandar - Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF, 70046-900

E-mail: participacao@igualdaderacial.gov.br

Fone: (61) 2027-3406

FICHA TÉCNICA

Edição de textos e imagens: Janaina Fernandes/ Mateus Carvalho/ Thiago Pereira/ Thaíse Torres

Design: Janaina Fernandes/ Mateus Carvalho/ Thiago Pereira/ Thaíse Torres

Contribuição textual: Larissa Cruz Santiago

Colaboração: Nuno Coelho / Marina Duarte

Acompanhe o MIR em suas redes sociais



[@ministerioigualdaderacial](https://www.instagram.com/ministerioigualdaderacial)



facebook.com/minigualdaderacial/



[@igualracial_gov](https://twitter.com/igualracial_gov)



[@ministerioigualdaderacial](https://www.youtube.com/@ministerioigualdaderacial)

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL



